

UM PROJETO DE VIDA PARA MULHERES IGUATUENSES PORTADORAS DE CÂNCER DE MAMA: ASSISTÊNCIA JURÍDICA EM FOCO.

Kelwys Davyd Lemos Costa¹; Elizabeth Rodrigues de Souza²

Resumo: No Brasil, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA / 2018), o câncer de mama em mulheres, com 59.700 mil casos, é considerado um dos mais comuns. Se tratado precocemente, o prognóstico é relativamente bom, porém, o enfrentamento à doença ainda é muito difícil. A patologia apresenta limitações e gera um ambiente de insegurança com o desconhecimento de direitos assegurados. No Centro-Sul do Estado do Ceará, região em pleno desenvolvimento, observa-se a problemática de uma assistência carente e uma grande demanda existente da portadora de câncer de mama, traduzindo-se na necessidade de uma maior atenção aos cuidados e direitos que assistem essas mulheres. Nesse sentido, esse projeto de extensão objetiva promover a garantia da efetivação dos direitos da mulher com câncer de mama, auxiliando-as nos procedimentos necessários ao tratamento e na orientação jurídica, através de palestras, roda de conversas, atendimento jurídico individual, encaminhamento ao núcleo de prática jurídica, e dessa forma, espera-se trazer o conhecimento jurídico e a motivação necessária para que as mulheres mastectomizadas tenham uma nova perspectiva de vida.

Palavras-chave: Câncer de mama. Assistência jurídica pública. Dignidade humana. Projeto de extensão. Associação das Mulheres de Iguatu (AMI).

1. Introdução

A etiologia do câncer de mama é determinada por um complexo de fatores que demonstra a relevância de uma reabilitação global da paciente na perspectiva da melhoria de sua qualidade de vida. Segundo o Instituto Nacional de Câncer José Alencar da Silva (INCA) o câncer de mama é uma doença causada pela multiplicação de células anormais da mama, que formam um tumor. Há vários tipos de câncer de mama, alguns tipos têm desenvolvimento rápido enquanto outros são mais lentos. Por sua vez, o Estado deve cumprir com suas obrigações sociais, possibilitando a prestação de serviços essenciais à população, pois lidar com uma doença tão complexa requer equilíbrio e conhecimento; “[...] o paciente tem de enfrentar uma gincana jurídica se quiser resgatar os direitos que a legislação lhe garante, porém de forma esparsa, confusa e controversa” (BARBOSA, 2003, p. 01).

Direitos efetivados como assistência à saúde, FGTS, auxílio-doença, isenção de impostos, transporte coletivo gratuito, dentre outros, traduzem o respeito à dignidade, que na “condição de valor fundamental, exige e pressupõe o reconhecimento e proteção dos direitos fundamentais de todas as dimensões” (SARLET, 2011, p. 101). Notadamente, o direito à saúde abrange o acesso às ações de prevenção e promoção à saúde, tratando-se de uma prerrogativa jurídica indisponível, conforme disposto constitucionalmente, a saúde é direito de todos e dever do Estado, efetivado mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, assim como garantias para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988). Ainda que a Constituição Federal de 1988 estabeleça o Direito à Saúde e o

I Semana Universitária da URCA/UDI

*26 a 30 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri*

Acesso à Justiça, o Estado mostra-se muitas vezes omissivo na implementação de programas de tratamento efetivo. Logo, o presente projeto surge a fim de minimizar os problemas que as mulheres portadoras de câncer de mama possuem atualmente na cidade do Iguatu/CE. Problemas estes decorrentes principalmente do desconhecimento de seus direitos e de como efetivá-los, sendo de suma importância a assistência jurídica que é prestada pelo projeto, através de palestras, roda de conversas, encaminhamento ao núcleo de prática jurídica da URCA (Universidade Regional do Cariri), eventos motivacionais, assistência jurídica individual.

O público alvo do projeto são as mulheres portadoras de câncer de mama, sendo que a maioria delas está ligada à AMI (Associação das Mulheres de Iguatu). A presente associação tem o objetivo de auxiliar as mulheres e ela associadas, sendo em sua maioria portadoras de câncer de mama (mastectomizadas ou não), e as demais participantes são voluntárias da causa. Logo, o referido projeto de extensão se caracteriza em uma parceria da AMI com a URCA, tendo a universidade o papel imprescindível de prestar a assistência jurídica necessária a essas mulheres e auxiliar a associação em atividades diversas.

2. Objetivos

O objetivo central do projeto visa promover ações educacionais e assessoria jurídica para as pacientes portadoras de câncer de mama do município de Iguatu, proporcionando-lhe melhoria da qualidade de vida. Os objetivos específicos englobam trazer o conhecimento necessário sobre os seus direitos, e garantir que esses direitos sejam efetivados na esfera social. Além disso, promover a motivação necessária e o incentivo adequado, para que as mulheres mastectomizadas tenham força para lutar por suas vidas, e independente de suas limitações, tenham resultados positivos.

3. Metodologia

Segundo Godoy (1995, p.58) o processo é foco principal de abordagem, e não só o resultado e o produto. Dessa forma, é realizada uma abordagem qualitativa, a fim de conhecer o ambiente sócio econômico do grupo trabalhado, Associação de Mulheres Iguatuenses (AMI), por meio de reuniões mensais. Com base em Prodanov e Freitas (2013, p. 69), a pesquisa quantitativa caracteriza tudo que possa ser quantificável, dessa forma, sendo utilizado o método quantitativo para conhecer o número de participantes que seriam o público alvo do projeto, estando em cerca de 50 mulheres associadas à AMI.

Salienta-se a colaboração de Instituições públicas, tais como o Núcleo de Prática Jurídica da Unidade descentralizada de Iguatu, da Universidade Regional do Cariri (URCA). A partir dessa realidade, é delineado um planejamento de atividades, incluindo palestras, simpósios, rodas de conversa, oficinas, assistência jurídica, movimentos de iniciativa popular, reuniões mensais, entre outras. Posteriormente, realizam-se avaliações periódicas, acompanhamento e elaboração de relatórios sobre o andamento do projeto, com a formação de um banco de dados das participantes.

4. Resultados

I Semana Universitária da URCA/UDI

26 a 30 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

O projeto tem contribuído para melhoria de vida das mulheres portadoras de câncer de mama, bem como produziu conhecimento científico para toda a comunidade acadêmica. Têm trazido grandes resultados na vida das mulheres portadoras de câncer vinculadas a AMI (associação de Mulheres Iguatuenses), que se encontram com suas autoestimas elevadas, e apresentam grande motivação em razão de uma melhor qualidade de vida. As palestras e encontros tem acarretado grande conhecimento jurídico. Já foram realizadas quatro reuniões mensais de Agosto a Novembro de 2018.

Em vista dos direitos previdenciários, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, benefício de prestação continuada e etc. Os mesmos encontram-se em ainda em fase de andamento processual, seja na esfera administrativa (INSS), seja na esfera judicial, pois demandam muitos procedimentos burocráticos e que requerem certo tempo para que possam se efetivar. Estão em andamento cerca de 8 requerimentos.

Vale destacar, o mês do outubro rosa, que é um símbolo do câncer de mama nacional, e onde foram realizadas diversas atividades durante todo o mês, tais como palestras, a caminhada do outubro rosa, composta pelas mulheres vinculadas a AMI e pessoas da sociedade que se solidarizaram com a causa, também foi promovido um desfile na secretaria de saúde da cidade de Iguatu, em parceria com a loja irresistível.

Além da assistência jurídica prestada e do conhecimento adquirido, é importante salientar a força e motivação que tem trazido o projeto e a AMI, a essas mulheres portadoras de câncer de mama da cidade de Iguatu/CE, que se mostram imponderadas e fortes para viver, de forma que suas limitações não as impedem de ser vitoriosas.

Vislumbra-se prosseguir com o programa e auxiliar na prestação dos serviços direcionados ao grupo trabalhado, com o entendimento de que é imprescindível promover a troca de experiências no âmbito da sociedade, assim como ratificar a importância da Universidade no contexto da reabilitação dessas mulheres e sua inserção social, porquanto o desenvolvimento humano deve ser entendido como um processo centrado nas pessoas, independente das suas limitações.

Imagem 1 – Atividades do projeto (palestras, caminhada do outubro rosa, reuniões).



Fonte: AMI (Associação de Mulheres Iguatuenses), 2018.

I Semana Universitária da URCA/UDI

26 a 30 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

5. Conclusão

Constata-se que se faz necessário o envolvimento de toda a sociedade em detrimento da efetivação de dignidade da mulher portadora de câncer de mama. É de extrema relevância a disseminação de ações educativas, como forma de garantir o desenvolvimento social e a consagração de direitos. Nesse sentido, o presente projeto tem grande relevância para as mulheres acometidas de câncer de mama no Iguatu/CE, na medida em que possibilita satisfação social, econômica e suporte aos seus anseios, sinalizando que o conhecimento jurídico minimiza diferenças, mantém o equilíbrio psíquico e físico da assistida e colabora substancialmente para a sua qualidade de vida. As ações promovidas têm contribuído significativamente na vida dessas mulheres, e tem apresentado resultados positivos, dessa forma, espera-se contribuir ainda mais.

6. Agradecimentos

À Universidade Regional do Cariri (URCA), pela iniciativa para com o projeto, a PROEX pelo oferecimento da Bolsa de extensão (1 bolsista) e a Associação de Mulheres do Iguatu (AMI) pela receptividade e colaboração com este trabalho. Vale ainda agradecer, aos participantes do projeto, bem como à coordenação da atividade extensionista.

7. Referências

BARBOSA, A. **Câncer: Direito e Cidadania**. São Paulo: ARX, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 28 Out 2018.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre condições para a promoção da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080> Acesso em 06 nov. 2018.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

INCA, I. N. C. J. A. G. S. **Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil**. Disponível em <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2018/inea-estima-cerca-600-mil-casos-novos-cancer-para-2018>>. Acesso em 07 nov. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SARLET, I. W. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.